

EDITAL

N.º de Registo	23913	Data	22/12/2017	Processo	2017/300.10.005/1555
----------------	-------	------	------------	----------	----------------------

Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Constância, torna público que, por despacho de 22 de dezembro de 2017, efetuado ao abrigo da competência delegada pelo órgão executivo em reunião de 26 de outubro de 2017, procede à abertura de “Concurso público para venda de pinha de pinheiro manso, na árvore, das propriedades do Município de Constância”, identificadas na planta anexa e que faz parte integrante do presente Edital.

1. CONCORRENTES

Ao presente concurso podem concorrer pessoas individuais, com mais de dezoito anos de idade, ou coletivas.

2. PREÇO BASE

O preço base do concurso é de € 280,50 (duzentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 6%. O preço base resulta de uma estimativa de 550 kg de pinha, a 0,51€/Kg (cinquenta e um cêntimos por Kg).

3. VERIFICAÇÃO NO LOCAL

Os interessados poderão verificar os locais, devendo, para o efeito, contatar o Gabinete Técnico Florestal desta Câmara Municipal, pelo telefone 249730050.

4. PROPOSTAS

- a) As propostas deverão ser apresentadas em subscrito opaco e fechado, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Constância, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e o concurso público a que respeita;
- b) A proposta deve conter a identificação do concorrente, com morada/sede, NIF/NIPC, assim como indicação do valor, por algarismos e por extenso, que se propõe pagar pela aquisição das pinhas;
- c) As propostas serão entregues no Serviço de Aprovisionamento e Património da Autarquia, sito na Estrada Nacional 3, N.º 13, 2250-028 Constância, durante as horas normais de expediente, entre as 9h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 16h30, até ao dia **12 (doze) de janeiro de 2018**.
- d) O ato público de abertura das propostas realizar-se-á no dia **16 (dezaséis) de janeiro de 2018**, pelas 14h30m, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, perante a Comissão para esse fim designada, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Constância.

5. DOCUMENTOS

Anexo à proposta devem constar os seguintes documentos:

- a) Documento de registo de operador no Sistema de Informação da Pinha de Pinheiro Manso (SIP), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio;
- b) Fotocópia do Cartão de Cidadão ou Cartão de Pessoa Coletiva, no caso de se tratar de uma sociedade;
- c) Certidões comprovativas de situação tributária regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, podendo ser concedida autorização para efeitos de consulta online.
- d) Para efeitos da alínea anterior, os dados do Município de Constância são: NIPC 506826546 e NISS 20003551552;

e) Fotocópia da certidão permanente, no caso de se tratar de uma sociedade.

6. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- a) O critério de adjudicação é o do preço mais elevado.
- b) No caso de existirem propostas com valores iguais, haverá licitação verbal, com lances não inferiores a € 50,00 (cinquenta euros), procedendo-se a sorteio para determinar quem inicia a licitação.

7. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

A adjudicação é atribuída, provisoriamente, pela Comissão, nos termos do definido no ponto oito. No final do ato público de abertura das propostas é elaborado o respetivo auto de adjudicação provisória.

8. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

A decisão de adjudicação definitiva ou não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal caso se mantenha a delegação de competências à data em vigor. Caso contrário, a proposta de adjudicação será submetida a deliberação do órgão executivo para decisão.

9. COMUNICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

O adjudicatário será notificado da decisão de adjudicação definitiva, no prazo máximo de **15 (quinze) dias, a contar da data do ato público** de abertura de propostas.

10. CONDICIONANTES DO PROCEDIMENTO/OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO:

O adjudicatário **deverá cumprir todas as determinações constantes no Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio**, de onde se destacam os seguintes aspetos:

- a) A colheita, transporte e armazenamento de pinhas de *Pinus Pinea L.* (Pinheiro manso), está sujeita a comunicação prévia ao ICNF. Para o efeito, o adjudicatário está obrigado ao registo, por via eletrónica, na página do ICNF, como operador económico, quer seja pessoa singular ou coletiva;
- b) A comunicação prévia constante na alínea anterior, também denominada “Declaração de Pinhas” é submetida, também, por via eletrónica, ao ICNF, através do SIP;
- c) Todas as operações relativas à colheita, carga e transporte só poderão ser efetuadas após registo dessa comunicação, com um mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- d) A colheita da pinha só pode iniciar-se depois de efetuado o pagamento e deverá ficar concluída, impreterivelmente, até ao dia **31 de março de 2018**. Nesta data têm que estar concluídos todos os trabalhos, designadamente, colheita, carga e transporte;
- e) A colheita e apanha das pinhas apenas podem ser feitas manualmente, devendo ser preservada a produção dos próximos anos das pinhas existentes nas árvores;
- f) É da responsabilidade do adjudicatário, o cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente aos trabalhos desenvolvidos e pessoal afeto aos mesmos;
- g) A quantidade de pinha colhida deverá ser retificada e/ou confirmada pelo adjudicatário no final dos trabalhos, informando o Município, por escrito, dessa situação. Caso existam divergências, relativamente às quantidades inicialmente estimadas, não haverá lugar a qualquer restituição ou pagamento adicional.

11. FURTOS, DETERIORAÇÕES OU SINISTROS

Após a adjudicação, quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro, correm por conta do adjudicatário, sem que possa ser exigida ao Município de Constância qualquer indemnização ou redução do preço das pinhas adquiridas.

12. PAGAMENTO

a) O pagamento deve ser feito no prazo máximo de **10 (dez) dias, a contar da notificação da adjudicação definitiva**, na Tesouraria Municipal, ou por transferência bancária para o NIB 003502610000023513085, da CGD.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos e do costume.

Paços do Município de Constância.

O Presidente da Câmara Municipal,

¹Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa.

²Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.